

**I ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
07 a 09 de novembro de 2012
Natal – Rio Grande do Norte – Brasil**

Racismo Ambiental na comunidade do Cumbe/Aracati – Ceará

João Luís Joventino do Nascimento, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira - FAGED/UFC.
joaodocumbe@yahoo.com.br

RESUMO

As comunidades tradicionais representam territórios que são espaços de resistência de diversas etnias. Muitas destas comunidades, como os remanescentes de quilombos ainda hoje sofrem com a falta de políticas públicas, invasão de suas terras por grandes empresas que em nome do desenvolvimento, expulsas populações de suas áreas onde tradicionalmente exerciam suas atividades tradicionais, seja na produção de artesanato, cultivo da terra ou pesca artesanal. A comunidade estudada não foge a regra das demais, pois se encontra na mesma situação de invisibilidade das demais sob a ameaça de perder suas áreas para grandes projetos que só se preocupam em mercantilizar a natureza e explorar mão-de-obra barata lucrando cada vez mais. Esta pesquisa pretende discutir o atual modelo de (des)envolvimento imposto pelos governos e empresários as comunidades tradicionais como o Cumbe. A luta pela defesa do território, modo de vida, autoafirmação das pessoas que vivem secularmente nestes espaços e por uma contrapedagogia libertadora, que aborde questões sobre os processos educativos com base na Lei Federal de 1998 no art. 68 e na Lei 10,639/03, caracterizando desta forma a existência ou não, de caso de racismo ambiental.

Palavras-chaves: Território, Comunidade do Cumbe e Racismo ambiental.

INTRODUÇÃO

A problemática etnicorracial, no caso do estado do Ceará é bastante complexa, pois parte do pressuposto de que no Ceará não existe negros e nem tão pouco existiu escravos. Os livros de história adotados nas escolas mencionam pouca coisa sobre a questão negra no estado, apenas faz referencia ao 13 de maio de 1888,

como data do fim da escravidão no Brasil onde a princesa Isabel acaba assinando a lei áurea e pondo fim a escravidão em terras brasileiras. A invisibilidade da presença negra no estado é tão grande que chega a negar a existência de remanescentes de comunidades quilombolas e assim forjando uma memória oficial da negação da presença africana em solo cearense. Os quilombos símbolo da resistência negra no país foram os primeiros lugares a serem perseguidos e dizimados pelas elites do Brasil, sendo uma ameaça a ordem imperial, apagando desta forma com a história oficial dos descendentes de africanos ou afro-brasileiros no estado. Mudar os rumos dessa história e da presença marcante dos africanos no estado passa necessariamente pela sensibilização de uma nova consciência sobre a importância dos africanos ou afro-brasileiros na composição da cultura cearense, e um grande desafio na implementação da Lei 10.639/03 que obriga as escolas a ensinar a história e cultura africana e dos afrodescendentes propiciando desta forma uma abertura e um entendimento obrigatoriamente das ditas culturas africanas que foram trazidas a força para o Brasil e para o Ceará. A pesquisa e a educação surgem como caminhos importantíssimos na perspectiva de reverter o quadro histórico do preconceito existente no país e no estado com a população negra. A Lei 10.639/03 não dá conta por si só, de reverter a negação já tão naturalizada na sociedade brasileira, cabem aos governos implementarem políticas afirmativas de valorização da cultura africana, bem como as instituições de ensino e aos profissionais em educação envolvidos na defesa das nossas histórias e memórias afrodescendentes.

Esta pesquisa será realizada no Cumbe, comunidade tradicional, que durante muitos anos foi discriminada, por estar situada junto ao manguezal e ter nele a base da sua sobrevivência. Ainda hoje, a ideia que a maioria das pessoas tem sobre o manguezal é de um lugar nojento, fedido, cheio de mosquitos e sem importância.

A comunidade do Cumbe é composta por 150 famílias, aproximadamente, formadas na sua maioria por pescadores/as e artesões, e fica a 12 km da sede do município de Aracati e a 172 km da capital do Ceará. É a última comunidade na margem direita do Rio Jaguaribe e suas ilhas, sendo cercada por manguezais, gamboas, carnaubais, campo de dunas móveis e fixas, lagoas periódicas nas dunas e o mar. Seu acesso se dá pela sede do município através de uma estrada carroçal, pelas dunas saindo de Canoa Quebrada de buggy ou de barco pelo município do Fortim. As principais atividades de seus nativos são a cata do caranguejo, a pesca de peixe em redes e currais artesanais, a mariscagem de ostras, sururu e intam, o artesanato de palha de bananeira, raízes, coco e carnaubeira, o labirinto, pequenos comércio, agricultura familiar (quintais produtivos) e a criação de animais. A criação de

camarão em cativeiro – carcinicultura e a produção de energia eólica têm causado muitos impactos ambientais e sociais no modo de vida local, com o desmatamento de diversas áreas de manguezal, desmonte e compactação de dunas, privatizando áreas públicas, antes utilizadas pela comunidade, e contaminando as águas.

TEMÁTICA

São muitas as comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará, e estas, assim como a comunidade do Cumbe, se caracterizam por modos de vida, onde a relação com a terra, o mar, as dunas e os manguezais constitui a base de suas sobrevivência e culturas.

Acompanhando as transformações ocorridas ao longo dos anos na comunidade do Cumbe com a chegada desses dois grandes projetos – CARCINICULTURA e PARQUE DE ENERGIA EÓLICA, o chamado projeto desenvolvimentista ou do progresso/desenvolvimento, pôde-se perceber perdas de fragmentos da memória e da história local, fatores primordiais para a defesa da identidade territorial. Este desenvolvimento que chega às comunidades não respeita o modo de vida do povo e muita vez está descontextualizada da realidade local. Um desenvolvimento que atenda a necessidade do povo tem que ser construído coletivamente, respeitando a relação entre o homem e a natureza, lugar onde se realizam as atividades tradicionais.

Pretende-se, portanto, dar visibilidade ao racismo ambiental, denunciar o tipo de desenvolvimento que chega às comunidades, que privatiza tudo e destrói a relação de uso desses espaços e ressaltar que, apesar de tudo, há pessoas comprometidas com as lutas das comunidades que têm histórias, riquezas naturais, povo hospitaleiro, artesanato rico e muitos lugares das memórias.

Racismo Ambiental são o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população. Afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores/as, trabalhadores/as pobres, dentre outros, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. “O conceito de Racismo Ambiental surge a partir da revolta de moradores negros de Warrem County, em 1982,

contra a instalação de um depósito de rejeitos de sítios descontaminados” (HERCULANO: 2006).

Hoje no Cumbe temos atividades diversas que, vão desde o artesanato ecológico e o tradicional labirinto, como às de cultivo da terra, além da pesca de peixes tanto no rio Jaguaribe como no mar. Sendo a pesca de mariscos e de crustáceos no manguezal a principal atividade desenvolvida pelos pescadores/as.

No contexto do cotidiano vivido neste território (Lugar onde a comunidade vive e realiza suas atividades tradicionais e culturais.) vivenciamos, o conhecimento tradicional aqui definido “como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES & ARRUDA, 2001:32, QUEIROZ, 2007), ganha um lugar de centralidade.

As atividades tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade de uma forma geral, pouco a pouco, a exemplo da pesca artesanal, da agricultura familiar e do artesanato, vão sendo substituídas, por novas atividades econômicas, que obedecem à lógica desenvolvimentista e ameaçam a persistência de modos de vida, pois desconsideram a heterogeneidade social, econômica e cultural das populações afro-brasileiras ou afrodescendentes.

OBJETIVOS

- Identificar os impactos oriundos dos grandes projetos no modo de vida local;
- Analisar o processo histórico de uso e ocupação do território na comunidade do Cumbe;
- Compreender a importância dos ecossistemas (manguezal e campo de dunas) e suas funções para qualidade de vida e subsistência da comunidade;
- Perceber se existe ou não, processos de mobilização e resistência da comunidade para o auto-reconhecimento como espaço negro/quilombola em face destes grandes projetos;
- Perceber se a escola trabalha a questão negra/africana a partir da Lei 10.639/03.

METODOLOGIA

A comunidade escolhida para pesquisa desse estudo é a comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati, litoral leste do Ceará. Situa-se a 172 km

de Fortaleza, tendo como principal via de acesso a CE 040, rodovia que liga os municípios do litoral leste do Ceará à capital. O acesso à comunidade do Cumbe é realizado num percurso de 12 km em estrada carroçal.

A pesquisa documental foi feita através do reconhecimento de documentos de arquivos públicos e particulares, os dados estatísticos sobre a comunidade foi feito com a agente de saúde e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esta pesquisa se apoiará ainda numa coleta de dados secundários, mapas, fotos, entrevistas, depoimentos e legislação sobre o tema da pesquisa.

Com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca dos problemas para os quais procuramos uma resposta, iremos realizar a pesquisa de campo. A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa será a Pesquisa Participante. Segundo Lê Borterf (1984) e Queiroz (2007), a pesquisa participante, ao contrário da pesquisa tradicional procura auxiliar a população envolvida a identificar seus problemas, a realizar a análise crítica destes e buscar as soluções adequadas. A pesquisa participativa que se pretende realizar é um processo sistemático que terá como objetivo reconhecer a situação existente dentro da comunidade e o porque de sua existência, onde a construção do conhecimento se fará com a intervenção e opinião das pessoas envolvidas nesta pesquisa/realidade. A riqueza desta pesquisa está na disponibilidade da construção coletiva da conscientização das necessidades e causas de seus problemas (AGUILAR, 2000 e QUEIROZ, 2007).

Os elementos e circunstancia que se pretende pesquisar serão socializados com as lideranças comunitárias. Onde haverá o planejamento coletivo das atividades para a concretização da pesquisa, é neste momento que serão definidos os instrumentos e técnicas mais apropriadas para a coleta das informações.

CONCLUSÃO

Enfrentar a injustiça ambiental e o Racismo Ambiental é um desafio para todos nós, independentemente da nossa situação racial. Casos como o da Comunidade do Cumbe, merece um aprofundamento maior para desvendar as faces desse sistema que em nome do desenvolvimento destrói culturas, saberes e modos de vidas tradicionais. Ter clareza desses fatos e tentar combatê-lo é a base fundamental para construção de uma sociedade democrática, justa e verdadeira. A luta pela defesa dos territórios tradicionais tem mostrados as faces desse sistema desumano que precariza comunidades inteiras, em prol de benefícios para uma minoria.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, L. Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectiva de gênero em zona marino-costeras. 1ª ed. San José, 2000.

DIEGUES, A.C.S;ARRUDA, R.S.V. (Org.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. (Biodiversidade 4).

HERCULANO, Selene. Lá como cá: Conflito, Injustiça e Racismo Ambiental. 2006. UFF/ICHF-LACTA. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, novembro de 2006.

QUEIROZ, L.de S. Na Vida do Cumbe há Tanto Manguê: As Influências dos Impactos Socioambientais da Carcinicultura no Modo de Vida de uma Comunidade Costeira. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, Fortaleza, 2007.